



O Bloco de Esquerda apresenta-se às próximas eleições autárquicas em Loures com o objectivo de pôr fim ao ciclo de poder do Partido Socialista na Câmara e de contribuir para uma viragem à esquerda, a partir de uma nova maioria, plural.

A prioridade dessa maioria é a resposta à emergência social vivida no concelho. Para isso, o Bloco pretende alcançar a eleição de um vereador e reforçar a sua representação na Assembleia Municipal. Essa presença é numa garantia de uma coerência à esquerda na autarquia.

O Bloco de Esquerda disputa a eleição de um vereador com base num programa claro para a sua atuação. O Bloco viabilizará na Câmara todas as decisões que sejam coerentes com o seu programa e com os princípios de uma gestão municipal democrática e à esquerda.

QUEM VOTA BLOCO
NÃO PASSA UM
CHEQUE EM BRANCO.

Nos últimos quatro anos, nas Assembleias Municipal e de Freguesia, o Bloco de Esquerda foi uma voz ativa de contestação e denúncia das políticas do Partido Socialista: para lá da abundante propaganda, o executivo apostou numa gestão do território ao sabor dos interesses mais fortes.

Enquanto durarem estas políticas, o Bloco de Esquerda será sempre uma força de oposição. Na Assembleia Municipal, os eleitos e eleitas do Bloco de Esquerda levaram propostas novas, romperam com a rotina deste órgão, deram luta ao situationismo representado pela maioria PS - uma maioria acrítica, habituada a tratar o "parlamento do município" como um local de simples ratificação das propostas da maioria na Câmara Municipal.

Foi assim no que diz respeito ao urbanismo e às escolhas sobre o território; mas também relativamente aos temas sociais decisivos, como a habitação, a saúde, a educação, o ambiente, a exclusão ou a pobreza. A presença do Bloco de Esquerda nas Assembleias de Freguesia levou até ao fim o compromisso que elegeram os seus representantes.

Assumiremos o compromisso central da reabilitação urbana, que melhore as condições de acesso à habitação e crie empregos no curto prazo. Continuaremos a lutar por uma verdadeira participação cidadã, pela autonomia das expressões culturais no concelho ou pelo carácter público das competências da autarquia. Defenderemos políticas sociais de apoio às crianças e jovens, a criação dos equipamentos sociais em falta, o reforço da mobilidade e a aposta nos transportes públicos no concelho.

1. Território: espaço de gente e não de lucros

O modelo de desenvolvimento adotado no concelho de Loures nas últimas três décadas conduziu à degradação acentuada da qualidade de vida das populações e ao comprometimento do equilíbrio ambiental.

O concelho de Loures está identificado no Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML) como um Área Crítica Urbana, especialmente desqualificada urbanística e socialmente, carenciada de infraestruturas e equipamentos, e caracterizada por uma forte concentração residencial e altas densidades populacionais. Esta área, de acordo com o PROT-AML exige importantes investimentos orientados para a reestruturação e requalificação urbana com vista a inverter tendências a médio-longo prazos.

O caos urbanístico, o crescimento desregrado dos aglomerados populacionais, a degradação da qualidade de vida e a criação de espaços de exclusão ou a agressão ao ambiente são algumas das graves consequências da promiscuidade com os interesses imobiliários e especulativos.

Loures acompanha, assim, uma realidade intolerável no panorama do poder autárquico em Portugal: a propalada proximidade do exercício dos mandatos autárquicos é cada vez menos com as pessoas e cada vez mais com os especuladores e rentistas, que se substituem à democracia no desenho do território e nas opções sobre o urbanismo e equipamentos sociais.

DORMITÓRIO COMPETITIVO,
UM MODELO QUE CHEGOU
AO FIM

O Partido Socialista mantém a visão de Loures como um dormitório, sem sair do ciclo vicioso das receitas municipais associadas à nova construção. Foi assim que, durante anos, o PS fixou o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) à taxa mais alta permitida por lei. Tal como o território, as carteiras dos munícipes foram colocadas ao serviço da ideologia do betão.

O concelho de Loures tem hoje 200 mil habitantes, muito concentrados em algumas áreas urbanas de grandes densidades.

Segundo informações publicadas pelas agências imobiliárias, estão à venda em Loures 3250 fogos (destes, mil estão na freguesia de Loures). Metade destas casas são novas e nunca foram habitadas. À volta destas casas vazias, multiplicam-se ainda as urbanizações inacabadas, cuja construção foi interrompida pela crise imobiliária. Ao mesmo tempo, há muitas famílias empobrecidas pela austeridade e pelo desemprego, que já não conseguem fazer face às prestações bancárias. Só na comarca de Loures, em cada mês, cerca de 70 famílias vêm executadas pelo tribunal as penhoras dos bancos sobre as suas casas.

Já desde antes da explosão da bolha imobiliária e da falência de numerosas famílias, o Bloco vem propondo uma bolsa social de arrendamento, baseada num acordo entre Câmara e proprietários, que permita o aluguer destas habitações mediado pelo município, a preços mais baixos. Esta medida responde em primeiro lugar às famílias necessitadas de realojamento urgente e às que procuram uma casa para iniciar uma vida independente.

Em simultâneo, há muito que defendemos a redução de uma taxa de IMI que é uma carga insuportável para muita gente. Essa carga tornou-se sempre mais pesada a partir da reavaliação dos imóveis. O Bloco defende também uma regra que consigne 20% dos fogos de novas urbanizações para habitação a preços sociais, tal como é prática em numerosas cidades europeias.

Quem perdeu o emprego, quem ficou sem subsídio, quem sofreu com a crise uma quebra acentuada de rendimentos, não pode ser deixado na rua. Perante a pressão dos bancos sobre as famílias, o Bloco propõe uma moratória, total ou parcial, das prestações a reembolsar ao banco, por um período até 24 meses, após o qual se retomará o pagamento, sem que isso dê lugar a uma revisão das condições de crédito por parte dos bancos. As famílias que optem livremente pela dação da casa, deverão ter a sua dívida anulada, sem que permaneça qualquer parte do crédito.

NÃO HÁ PLANEAMENTO DEMOCRÁTICO SEM PLANO DIRETOR MUNICIPAL.

Esta política de catástrofe na habitação é agravada pelo modo desordenado com que o PS realizou a urbanização do concelho nos últimos 12 anos. Autorizando todos os erros urbanísticos, meteu a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) no fundo da sua gaveta das promessas. O truque foi aprovar planos de pormenor que legalizaram a especulação, mantendo a situação inaceitável de ter um PDM ilegal, aprovado há bem mais de uma década. Há mesmo casos, como o do Quartel de Sacavém, onde o plano de pormenor chegou a ficar a cargo do promotor da futura urbanização.

O Bloco de Esquerda propõe um travão a esta violência sobre o território e sobre a qualidade de vida. Em vez de persistir em estímulos à nova construção, Loures deve concretizar a revisão do PDM, fazer o inventário do parque habitacional do concelho e apostar na reabilitação urbana e no urbanismo planeado. Esta política cria emprego local, combate o abandono dos centros antigos (de Moscavide, Sacavém, Loures...) e coloca habitação de qualidade em arrendamento social.

O concelho de Loures inclui diversas áreas urbanas de génese ilegal (as AUGI). São áreas consolidadas há muitos anos, estabilizadas na sua composição urbana e social. Em 35 anos de poder local, com maiorias CDU e maiorias PS, a autarquia de Loures não foi capaz de regularizar definitivamente a situação de todos estes bairros. Com recursos técnicos, apoio jurídico e vontade política, é possível fazê-lo no tempo de um mandato. No parlamento, o Bloco já defendeu o prolongamento por mais um mandato autárquico do prazo para intervenções/legalização das AUGI, cujo fim está previsto para o final de 2013.

2. A mobilidade é um direito de todos

A mobilidade é uma componente fundamental e inseparável do planeamento do território. Loures é um concelho atravessado por algumas das maiores vias de comunicação do país, mas os seus habitantes sacrificam todos os dias muito tempo e disponibilidade em nome de opções erradas.

Os transportes públicos são caros e escassos: as ligações entre diferentes pontos do concelho são quase sempre mais difíceis do que as deslocações para

Lisboa. É assim que milhares de pessoas, obrigadas a longos movimentos pendulares diários, são quase sempre atiradas para a alternativa do transporte privado e individual. Quem não pode, paga com a falta de mobilidade. São estes também os custos sociais e ambientais da visão de Loures como dormitório de Lisboa.

O Bloco de Esquerda continuará a defender a urgente concretização do metro de superfície entre Loures e Odivelas e a ligação à rede do Metropolitano de Lisboa. É uma promessa socialista com três décadas, que já António Costa trouxe ao concelho quando aqui foi candidato do PS.

O Bloco empenha-se na intervenção da Câmara Municipal sobre as condições de operação do grupo Barraqueiro, que domina também a Rodoviária, em defesa da extensão da rede e de maior frequência dos transportes públicos rodoviários no concelho, com a sua interligação com outros modos de transporte e a criação de um passe intermodal, condição essencial para uma mobilidade efetiva e alternativa à utilização do transporte privado. Na mesma linha, o município deve bater-se pela criação duma Autoridade Metropolitana dos Transportes, capaz de planear a mobilidade à escala a que verdadeiramente este desafio se coloca.

3. Enfrentar a pobreza e a exclusão tem que ser prioridade

São urgentes medidas para assegurar as necessidades básicas de quem mais precisa. Propomos a criação de refeitórios municipais que sirvam refeições a preços simbólicos às famílias necessitadas em vários locais do concelho. Nos casos dos desempregados e beneficiários do Rendimento Social de Inserção, deve criar-se um processo de isenção de pagamento da água para uso doméstico, até a um nível de consumo sustentado.

Loures é o retrato do drama que atravessa o país.

- Nos últimos 4 anos, o número de pessoas desempregadas quase duplicou no concelho de Loures, ultrapassando hoje os 12 mil.
- Entre os pobres, as crianças e os idosos são os elos mais fracos. No final de 2012, mais de metade dos 7 mil beneficiários do Rendimento Social de Inserção no concelho de Loures eram menores de idade.

Quando as crianças abandonam a escola, quando a fome e a carência crescem, quando as famílias sentem o desemprego e a má política do governo da troika, a Câmara tem a obrigação de falar e fazer.

O atual executivo do Partido Socialista na Câmara Municipal insiste nos argumentos de sempre: o dinheiro nunca chega... Mas, durante os governos Sócrates, o executivo calou o seu protesto perante a Lei das Finanças Locais que veio aumentar competências e reduzir recursos, iniciando um percurso de cortes hoje agravado pelo governo PSD/CDS.

O Bloco de Esquerda insiste na proposta de constituição de um Gabinete Anti-Crise para proceder a uma análise exaustiva da situação social no concelho e à apresentação de propostas de ação, bem como a criação duma linha de atendimento gratuita, que facilite o contacto com os casos carentes de intervenção imediata.

Os fenómenos de marginalização territorial e de exclusão social são um dado permanente nas últimas décadas do concelho de Loures, mas os bairros sociais foram e são tratados como territórios de exceção, onde a polícia é sempre a mais notada presença do Estado. O resultado está à vista

Opusemo-nos à situação criada às muitas famílias que ficaram sem casa e sem direito a realojamento, denunciando as insuficiências do Plano Especial de Realojamento e da sua cega e insensível aplicação, em vários casos, no concelho. Os mais frágeis foram ignorados, mais uma vez, pelo executivo do Partido Socialista. No Bairro da Torre, por exemplo, a estratégia de expulsão das populações foi cruel. Num concelho com um enorme excedente de habitação, a recusa de soluções estáveis de realojamento levou o Partido Socialista a impôr uma punição coletiva, com o corte prolongado da recolha de lixo e do fornecimento de água à população. Incapaz perante a exclusão social extrema, em bairros como o da Torre, a Quinta da Vitória ou o Prior Velho, a Câmara de Loures acaba por agravar os problemas.

Nenhum exército resolverá os problemas de segurança resultantes da pobreza. Defendemos uma política social e de habitação que termine a bomba-relógio em que se transformam os guetos suburbanos e que a crise vem penalizar ainda mais. O território foi moldado ao sabor de interesses poderosos e atirou para as margens quem não coube nesse plano.

Defendemos a valorização dos mediadores culturais, essenciais à resolução de conflitos e ao trabalho cultural e social nos bairros atualmente mais frágeis, bem como a imediata requalificação do parque habitacional e dos equipamentos sociais nestes territórios de exclusão. A forte componente imigrante da população do concelho de Loures pode ser vivida como origem de diversidade e riqueza, mas para isso é necessário integrar a intervenção social e urbana nos bairros onde esta população se concentra com o respeito e diálogo permanentes das suas coletividades e associações representativas.

4. Serviços públicos: condição da democracia

O acesso a serviços públicos de qualidade é a exigência mínima de uma esquerda que não desiste do seu programa. O que é essencial tem que ser de todos e para todos. Os negócios fazem sempre pior e mais caro, porque a lógica do lucro não é a da qualidade e universalidade de serviços básicos.

A prestação mais importante que é responsabilidade da Câmara Municipal é a que respeita aos serviços municipalizados de água e saneamento. O SMAS de Loures vive uma crise profunda desde que o Partido Socialista provou ser incapaz de garantir o funcionamento normal e a saúde financeira de uma estrutura essencial às populações de Loures e Odivelas.

Com a separação destes dois concelhos, ambos dirigidos pelo Partido Socialista, abriu-se o processo de partilha dos SMAS. Enquanto o PS/Odivelas optava por criar uma oportunidade de negócio para grupos privados - apostando na privatização do fornecimento de água, um negócio que acabará por sair caro aos munícipes -, o PS/Loures ajudava a degradar a prestação do SMAS não realizando as transferências que lhe cabiam e comprometendo a qualidade da prestação dos serviços e dos seus meios de funcionamento. O aumento das perdas de água na rede - já acima dos 40% - e dos cortes de água refletem, esta política.

Em Loures como em Odivelas, o Bloco de Esquerda bateu-se contra a privatização dos SMAS e contra a estratégia de degradação dos serviços prestados. Em Loures como em Odivelas, o Bloco procurará contribuir para que novas gestões camarárias superem o impasse criado pela irresponsabilidade política do PS, sempre defendendo o direito das populações à água pública, a qualidade dos serviços e a manutenção do emprego e dos direitos de todos os trabalhadores do SMAS.

O Bloco de Esquerda sempre defendeu a extinção de empresas municipais como a LouresParque (estacionamento) e a GesLoures (piscinas), com a passagem

para a Câmara das suas atribuições e do seu quadro de trabalhadores sem perda de direitos. O Bloco mantém a sua posição de princípio sobre as vantagens da extinção daquelas empresas - em termos de transparência, controlo político e racionalidade económica. Todavia, perante as atuais imposições do governo e da troika impedindo a contratação pelas autarquias, o Bloco travará este combate político contra o governo assegurando sempre a continuidade dos postos de trabalho e da prestação de serviço à população.

LOURES ENTRE AS CAPITALS DA SAÚDE PRIVADA

O Hospital Beatriz Ângelo fez de Loures uma das capitais nacionais da saúde privada. O Hospital de Loures abriu quando o modelo das parcerias público-privado (PPP), sempre apoiado pela autarquia, já tinha mostrado a sua inadequação noutros pontos do país. As facilidades concedidas pela Câmara para um hospital público (terrenos e acessos), não foram compensadas quando o beneficiário passou a ser uma entidade privada - o Banco Espírito Santo. Pelo contrário, esses terrenos cedidos são explorados pelo BES como estacionamento pago pelos utentes do hospital.

Mas o mais grave é a situação em que permanece metade da população do concelho, que não é abrangida pelo Hospital de Loures e que perdeu o atendimento de urgência que recebia no Hospital Curry Cabral, em Lisboa. O seu encaminhamento para o Hospital de São José é hoje a maior falha da prestação de serviços de saúde pública no concelho. Há outras alternativas. Em Lisboa - do Santa Maria à reabertura das urgências do Curry Cabral -, ou em Loures, com o atendimento pelo Hospital de Loures de toda a população do concelho.

A falta de condições de funcionamento de muitos Centros de Saúde, com instalações inaceitáveis e sem qualidade - Moscavide, Santo Antão do Tojal, Santa Iria -, são um fator crítico de acesso aos cuidados de saúde básicos, aos quais se junta o elevado número de pessoas sem médico de família. É este o cenário que vem autorizando o negócio com a saúde de milhares de habitantes de Loures e a profusão de clínicas privadas no concelho.

Da mesma forma, insistiremos na necessidade do executivo camarário exigir do Governo a substituição das instalações de todos os Centros de Saúde sem condições para o funcionamento, bem como o acesso de todos os cidadãos a um médico de família.

DEFENDER O AMBIENTE E A QUALIDADE DE VIDA

Loures segue há demasiado tempo um modelo de desenvolvimento que despreza o ambiente, a qualidade de vida e as regras da precaução. A este respeito, basta referir a abundante construção em terrenos de reserva agrícola e ecológica ou até em leitos de cheias, com consequências cada vez mais gravosas sempre que a precipitação se concentra um pouco mais no tempo e no espaço. Do LouresShopping - gigantesco erro às portas da cidade de Loures cometido a favor do grupo Sonae - ao supermercado alemão Aldi, verifica-se que a "atração de investimentos" se sobrepõe a critérios de preservação ambiental e de potencial agrícola e até à segurança das populações ameaçadas pelo perigo de cheias. No fim da linha, esta prioridade às grandes superfícies, ameaça ainda o emprego local no pequeno comércio.

O Bloco de Esquerda insistirá num Plano Verde para o município, integrando as opções do futuro PDM, que defina áreas de preservação ambiental e consequente limitação dos usos admissíveis. É urgente proteger a várzea e os leitos de cheias e regularizar as áreas ribeirinhas. Em simultâneo, importa devolver as fren-

tes ribeirinhas do Tejo e Trancão ao usufruto das populações e negar mais ocupações especulativas, mediante um Plano de Ordenamento para a Frente Ribeirinha do Tejo.

Nas zonas de maior densidade, é necessário ocupar o espaço que ainda não foi tomado pela especulação. Faltam áreas verdes com dimensão e centralidade, capazes de atrair população: projetar jardins, áreas de lazer de proximidade e espaços abertos para permitir o convívio e o encontro. Porque elas existem, devem ordenar-se e regularizar-se as hortas urbanas, prevendo ainda locais adicionais para a sua implementação e gestão por novos candidatos que a isso se comprometam, garantindo acompanhamento técnico pela Câmara Municipal e diferenciando projetos de natureza comunitária e empresarial.

A já referida prioridade ao transporte coletivo é também uma forma de contrariar emissões poluentes e a degradação ambiental. As pequenas deslocações e os movimentos dentro do concelho são hoje quase obrigatoriamente feitas em transporte individual, com todas as consequências negativas para o ambiente e a qualidade de vida. A defesa da qualidade do ar passa ainda pelo incentivo à maior utilização de meios de transporte não poluentes, para os quais é preciso criar condições de circulação. As quatro ciclovias atualmente existentes no concelho não totalizam mais de 5km, o que demonstra o muito a fazer neste âmbito.

Propomos ainda o alargamento da experiência positiva do “Rodinhas” a outras freguesias do concelho e a inclusão do Hospital de Loures no seu itinerário.

DEMOCRACIA LOCAL EXIGE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ.

A política vem ocupando cada vez mais um espaço longe dos cidadãos e cidadãs, o que implica um crescente risco de compadrio e corrupção. Este afastamento é potenciado por uma burocracia morosa e por uma deficiente resposta dos serviços camarários. A democracia é a única solução: só com a participação de todos se pode chegar a soluções para os problemas coletivos e assegurar o predomínio do interesse comum sobre o interesse privado.

Requalificar Loures só é possível com as populações no centro da discussão. Basta o exemplo da revisão do PDM, processo que se arrasta ao longo de mais de uma década, privando o concelho de um dos instrumentos de planeamento mais importantes para a vida de qualquer município. Urge uma discussão pública e aberta à participação dos cidadãos, com elaboração de documentos de consulta e leitura acessível.

EM DEFESA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.

Ao fim de 12 anos de gestão do Partido Socialista, uma constatação: o PS perdeu a oportunidade de avançar em formas modernas de democracia local, como é o processo de Orçamento Participativo, ao nível de freguesias e concelho. Para o Bloco de Esquerda, o município é também um espaço de decisão participada sobre investimentos realizados com recursos que são de todos.

O funcionamento rotineiro dos órgãos autárquicos envolve pouco as populações. A falta de divulgação e, sobretudo, o alheamento face a temas urgentes, conduzem a um débil acompanhamento dos plenários e reuniões de autarcas. O resultado é uma enorme distância entre as políticas locais e os cidadãos a quem elas mais deveriam interessar.

O Bloco de Esquerda continuará a bater-se pelo direito da população à palavra e defende a “intervenção do público” no início dos trabalhos das Assembleias de Freguesia e da Assembleia Municipal. Porque os horários têm que permitir a

participação, mas também porque os órgãos devem conhecer e discutir as preocupações dos cidadãos.

APOSTAR NAS CRIANÇAS E JOVENS.

No concelho de Loures foram criados quatro mega-agrupamentos, que agregaram quatro agrupamentos escolares a quatro escolas secundárias.

Apesar do esforço das comunidades educativas locais, o sucesso escolar das crianças e jovens do concelho revela os problemas sociais do concelho e fica abaixo dos resultados médios nacionais. Em vez de políticas educativas de proximidade, envolvendo a comunidade para enfrentar o empobrecimento generalizado da população e tudo o que ele causa, esta política centraliza e burocratiza, afasta a decisão nas escolas das realidades que as rodeiam. Em vez de órgãos que conheçam as escolas e apostem em projetos incentivadores da aprendizagem, o único critério é cumprir os cortes no ensino.

Na Câmara Municipal, o Bloco de Esquerda vai bater-se por equipas multidisciplinares (apoio social, psicológico, dinamização cultural) que atuem transversalmente nas escolas do concelho, com incidência especial nas escolas onde os problemas sociais do concelho se sentem de forma mais aguda. Essas equipas são essenciais para assegurar a relação entre escolas e autarquia na dinamização de atividades escolares abertas e de participação comunitária, bem como no exterior das escolas (visitas históricas e de tema ambiental, bem como mostras do trabalho escolar e “visitas ao concelho”.

A necessidade de acesso a equipamentos e meios para as atividades desportivas e culturais é da maior importância, não apenas para os jovens. A uma visão elitista do desporto e da cultura, que privilegia os grandes eventos, a publicidade dos média, a rentabilidade de equipamentos privados, contrapomos uma gestão rigorosa e o acesso público aos equipamentos existentes, além do apoio ao esforço dos pequenos clubes e associações com trabalho quotidiano, no sentido de potenciar a prática do desporto e as expressões culturais.

UM CONCELHO PARA VIVER E NÃO SÓ PARA MORAR.

O Bloco de Esquerda propõe o alargamento das Festas de Loures a todo o concelho, convocando as associações e coletividades. Por outro lado, as associações não podem ser condenadas ao ostracismo e à subsidio-dependência de influência partidária: precisam de apoio com critérios para terem a liberdade de existir. Com o recente encerramento das salas do grupo Castello Lopes em todo o país, Loures vê-se sem uma única sala de cinema ativa no concelho. Em vez de conceder benesses a grandes superfícies (com “contrapartidas” que estão à vista), a Câmara devia recuperar a vitalidade dos cine-teatros espalhados pelas freguesias do concelho, que podem e devem ser palco das novas expressões culturais e artísticas e acolher espetáculos a preços acessíveis à população.

O espaço público deve ser também o espaço da democracia, onde os equipamentos nos ligam à cultura e às novas e antigas ferramentas do conhecimento e da informação. A debilidade da rede de equipamentos públicos culturais é uma denúncia impiedosa do modelo de dormitório seguido pelo executivo do PS.

Para democratizar o acesso à informação e atrair vida para o espaço público, defendemos também a criação de spots WiFi de acesso gratuito à internet em todas as freguesias, em lugares como jardins, praças, bibliotecas, escolas secundárias, associações e coletividades.

UMA CÂMARA
QUE ASSUMA AS SUAS
RESPONSABILIDADES.

O território da freguesia do Oriente, subtraído ao concelho de Loures, foi há muito transformado numa zona separada, verdadeiro gueto de classe média-alta e muito alta. Ao longo de anos, a administração daquele território pela Parque Expo SA, entidade de direito privado e à margem de qualquer estrutura democrática de poder local, consumou uma situação perversa a todos os níveis.

O Bloco foi sempre crítico desse modelo de urbanização elitista, que ignorou experiências de urbanização mista e integrada, algumas até bem próximas (Olivais, por exemplo). A agregação da freguesia do Oriente ao concelho de Lisboa rematou esta lógica de condomínio. Mas a subtração deste território não seria o mais grave, se não fosse acompanhada pela ausência de qualquer compensação e, pior ainda, do fecho e transferência de serviços públicos essenciais na freguesia de Moscavide, ao nível administrativo ou de segurança, por exemplo.

O Bloco opôs-se à separação da freguesia do Oriente sem a realização de um referendo envolvendo toda a população afetada (Oriente, Moscavide, Olivais e Sacavém) e de medidas compensatórias para as populações e para a autarquia. O Bloco continuará a defender estas medidas e a opor-se à diminuição de qualquer prestação pública em Moscavide, freguesia que deve dispor de melhores serviços e não de menos do que aqueles que tinha antes da separação da zona do Parque das Nações.

Quanto à sua atuação como entidade empregadora, a Câmara Municipal de Loures tem que ser um exemplo no concelho. Não só garantindo os direitos dos trabalhadores, como promovendo a transparência e a clareza nos critérios que presidem ao recrutamento. Na gestão das pessoas que trabalham para o município define-se a responsabilidade de uma Câmara e a qualidade e alcance do serviço prestado à comunidade.

Na autarquia de Loures, como em todo o país, defendemos o respeito integral pelos direitos dos trabalhadores, a contratação coletiva e as organizações sindicais. Recusamos a imposição de vínculos precários para funções permanentes, tanto nos departamentos da Câmara, como nas empresas municipais. Exigiremos a justificação, caso a caso, da existência de recibos verdes, contratos a prazo ou estágios.

O Bloco de Esquerda defenderá sempre que a regra da organização dos serviços prestados pela Câmara seja a transparência, a qualidade e o ajustamento às necessidades das populações. A autarquia deve encontrar-se na primeira linha da resistência popular ao encerramento de serviços essenciais - saúde, correios, finanças, ensino, segurança, etc. -, fruto da estratégia de privatização e austeridade levada a cabo pelo governo da troika.

O Bloco opôs-se desde o primeiro momento aos processos de eliminação forçada de freguesias. A democracia local é incompatível com decisões administrativas e fusões forçadas, tantas vezes absurdas e alheias a qualquer continuidade histórica e urbana. Ainda mais grave, a agenda por detrás destas fusões forçadas é a eliminação de serviços de proximidade até agora assegurados pelas diferentes juntas. O Bloco de Esquerda, que defendeu em todo o país a subordinação do processo de reorganização à vontade popular - mediante a realização de referendos locais - recusa todos os encerramentos de serviços e valências administrativas e sociais das freguesias agora agregadas.

Essa manutenção da capacidade de atendimento público é essencial para uma estratégia de descentralização do atendimento camarário para as freguesias e a resolução de problemas simples através do sítio da Câmara na internet.

Porque a acessibilidade aos serviços da Câmara depende também do respeito por quem tem especiais dificuldades, é inadiável cumprir a lei e eliminar as barreiras arquitetónicas dos edifícios públicos e transformar as ruas em espaços que possibilitam a mobilidade a todos.

A responsabilidade de uma Câmara mede-se também pela sua adesão a princípios modernos de gestão, que poupam recursos sem prejudicar o seu funcionamento e a qualidade dos serviços prestados. A utilização de software livre é uma medida que, a ser aplicada na autarquia, como em toda a Administração Pública, pouparia recursos financeiros para utilizar onde eles são verdadeiramente necessários. Da mesma forma, a reconversão dos edifícios da Câmara, acompanhando, aliás, as novas exigências, permitiria também uma poupança significativa, além do ganho ambiental que representa.

É este o Programa do Bloco de Esquerda. Não está à venda, por nenhum preço: o nosso único compromisso é com a alternativa que representamos..

Como já ficou claro, o Bloco de Esquerda faz um balanço crítico da gestão da CDU em Loures ao longo dos anos 80/90. Foi então que começou a urbanização desenfreada do concelho, desordenada e criadora de guetos sociais; foi então que se fundaram as primeiras empresas municipais (Gesloures e Loures Parque). Mas hoje impõe-se uma mudança na Câmara Municipal que termine 12 anos de maioria do Partido Socialista.

Nas autarquias atualmente governadas pelo PCP há exemplos de positivas convergências à esquerda (em Almada, o Bloco tem viabilizado orçamentos municipais que incluem propostas suas em diversas áreas). Mas há também exemplos péssimos (na Moita, o PCP impôs um PDM cheio de irregularidades, ao gosto da especulação imobiliária - e enfrentou a oposição do vereador bloquista). Em Loures, nestas eleições, o PCP apresenta-se com o objetivo de recuperar a Câmara. Como em todo o país, o Bloco está disponível contribuir para uma maioria à esquerda que altere o rumo do concelho e coloque na primeira linha a resposta à crise e às consequências da austeridade. Um vereador do Bloco é uma janela dos cidadãos sobre o executivo e uma garantia de entendimentos pelo interesse da população.

Uma viragem à esquerda enfrentará um período difícil da vida da população de Loures e da sua autarquia. Sob o memorando, as Câmaras serão estranguladas financeiramente e terão dificuldades maiores a cumprir a sua missão. Só se pode querer fazer "mais e melhor" colocando a autarquia ao serviço das populações na luta pelo que é essencial - pão, habitação, cultura, saúde, educação - e por um futuro digno para todos.

Loures é um concelho brutalizado pela política da troika, com desemprego e pobreza galopantes. O Bloco quer contribuir para colocar este município na frente da luta contra a catástrofe social e da defesa das populações ameaçadas pela austeridade.

